

Visões da antiguidade nos *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa

FRANCISCO CAMELO *

O período da União Ibérica e, em particular, o fim do séc. XVI e o dealbar do séc. XVII foram férteis em experiências de viajantes que cruzaram a Pérsia, a Mesopotâmia e a Síria, rumo ao Mediterrâneo oriental. Entre esses viandantes por terras asiáticas, contam-se Pedro Teixeira, Nicolau de Orta Rebelo¹ e García de Silva y Figueroa. As motivações originais destes e de outros exploradores não eram de ordem científica. Os protagonistas destas aventuras eram funcionários do Estado da Índia, diplomatas, clérigos, e a experiência impôs-se-lhes como uma oportunidade gerada pelo acaso² ou pelo dever do ofício.³ A travessia ou deambulação por esses territórios foi, por conseguinte, motivada por razões pragmáticas ou até determinada por causas fortuitas.

García de Silva y Figueroa, diplomata espanhol na corte persa safávida do Xá Abbas (1615-1624), teve, nessa qualidade, a oportunidade de vaguear por terras da Pérsia, observando os vestígios e ecos da antiguidade e cotejando esses testemunhos com uma cultura clássica e bíblica que o configurava. A presença de outros europeus na Pérsia safávida e na corte do Xá Abbas é assinalada pelo próprio García de Silva y Figueroa. Pietro della Valle é descrito como um daqueles que gosta de “andar vagando y peregrinando⁴ por el mundo”.⁵ Os ingleses Shirley, os irmãos Robert e An-

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa.

¹ Cf. Francisco Caramelo, “Nicolau de Orta Rebelo’s Travels to Persia: Relativism and otherness”, *University of Bucharest Review. A Journal of Literary and Cultural Studies*, 8, 3 (2006), pp. 94-97.

² Nicolau de Orta Rebelo regressava por mar à Europa, vindo da Índia, mas a necessidade de reparações demoradas na embarcação levou-o a optar por fazer o resto da viagem por terra, juntamente com Frei Gaspar de São Bernardino.

³ É o caso de García de Silva y Figueroa, nomeado diplomata na Pérsia. Cf. *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905).

⁴ Não deixa de ser interessante o aparente contraste semântico entre os conceitos de errância, expresso no acto de “vagar”, e de peregrinação. Se o primeiro remete para a ideia de vaguear sem destino, o segundo poderá remeter para uma noção de demanda de lugares e de uma geo-

thony, são também mencionados por García de Silva y Figueroa. O nosso autor refere-se-lhes como alguém que possivelmente era inclinado a “peregrinar, notar y ver naciones y prouinças remotas de las suyas”.⁶

García de Silva y Figueroa deixou-se impressionar por essas grandes figuras da sua época, as quais partilharam o seu tempo e a sua geografia. Registou nas suas memórias essas impressões, motivadas decerto por aquilo que com eles comungava, isto é, a errância, a *peregrinação*, a mesma curiosidade pelo que era diferente e a irresistível tendência, obsessiva mesmo, no caso de García de Silva y Figueroa, para o registar.

Antes do périplo pela Pérsia

García de Silva y Figueroa, escritor e comentador compulsivo de tudo o que vai observando com uma curiosidade insaciável, começa esse labor mesmo antes de iniciar a missão diplomática que lhe tinha sido destinada, isto é, antes de pôr o pé na Pérsia.

Essa geografia mental e histórica que tanto o impressiona é sistematicamente interpretada e decodificada mediante o recurso a um horizonte de referências clássicas e bíblicas estruturantes da sua matriz cultural. Essa chave para interpretar e para decodificar a realidade com que se depara revela-se-lhe válida na percepção de uma natureza diversa e de uma dimensão cultural distinta, que, a par e passo, lhe suscitam perplexidades. Vejamos alguns exemplos. García de Silva y Figueroa faz referência a um rio africano e aos hipopótamos que ali são maiores e mais ferozes que os do Nilo, nas suas próprias palavras.⁷ Explica, em seguida, que os gregos lhes chamaram hipopótamos, o que significa “cauallos de rio”, evocando a explicação morfológica grega da palavra.

Podemos observar outro exemplo quando o autor evoca Plínio, o Velho, tentando encontrar uma explicação para o misterioso animal que lhe terá invadido o jardim. García de Silva y Figueroa⁸ narra o episódio do suposto avistamento de um estranho réptil e descreve-o apoiando-se no relato que lhe foi feito pelos seus criados. Pelas características que estes lhe atribuem, o embaixador identifica o que, para ele, cons-

grafia mental e simbólica.

⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 121. Pietro della Valle conviveu com o Xá, acompanhando-o numa das suas campanhas contra os turcos e teve, nessas *peregrinações*, igualmente oportunidade de visitar e de observar Persépolis e as suas ruínas; cf. *The Travels of Pietro della Valle in India*, ed. Edward Grey (2 vols., Cambridge, 2010), vol. I, p. iii.

⁶ *Comentarios*, vol. II, p. 125.

⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 61.

⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 149.

titui uma coincidência com a descrição que Plínio, o Velho, faz do basilisco,⁹ esse animal mitológico que povoou a imaginação do homem medieval e moderno, descrito com pormenor nos seus bestiários.

Outro animal a que García de Silva y Figueroa faz referência é uma espécie de marta que compara ao mangusto egípcio (*Herpestes ichneumon*). O autor escreve “ithneumon de Ægipto, celebrado de los scriptores antiguos y modernos de aquella region”.¹⁰ Estrabão¹¹ descreve-o como um dos animais peculiares da região. Plutarco¹² alude à caça de um “ichneumon”, o que constituía uma actividade lúdica para os homens de Alexandre. Plínio, o Velho,¹³ alude ao “ichneumon”, o qual seria adorado em Heracleópolis, explicando que daí se podia inferir que as suas gentes eram hostis ao crocodilo.¹⁴ Por fim, o próprio Diodoro¹⁵ menciona o “ichneumon”, afirmando que o animal se dedica a quebrar os ovos dos crocodilos, depositados nas margens do Nilo, acrescentando que é objecto de adoração pelos egípcios,¹⁶ São, por conseguinte, várias as referências ao animal na antiguidade. García de Silva y Figueroa não teve acesso nem leu todas essas referências, no entanto, podemos admitir que o diplomata conhecia bem as obras de Plínio e de Diodoro e que estas terão contribuído para a construção da chave de leitura do horizonte de perplexidades com que se depara neste mundo diferente da sua Espanha.

Outro registo em que García de Silva y Figueroa se detém é o que se refere aos usos, costumes e práticas culturais que observa durante esta sua *peregrinação*. Assim, a propósito do calçado dos “banianes”,¹⁷ não arranja melhor forma de o descrever do que através da evocação da antiguidade. Primeiro, socorre-se da iconografia, aludindo à pintura, à estatuária e até à numismática antigas, onde especialmente as mulheres eram representadas com umas sandálias que se assemelhavam à forma como esta gente se calçava. Explica, em seguida, como se verificou a sua difusão, afirmando que estas sandálias tiveram a sua origem na Índia, tendo chegado, através do Mar Vermelho, à Síria, à Palestina, ao Egipto e à Grécia. Posteriormente, foram desaparecendo destas paragens, sobrevivendo apenas na região onde tiveram a sua origem.

⁹ Plínio, o Velho, *História Natural*, viii, 33.

¹⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 161.

¹¹ Estrabão, *Geografia*, xvii, 2, 4.

¹² Plutarco, *Alexandre*, xli, 3.

¹³ Plínio, o Velho, *História Natural*, v, 11.

¹⁴ Plínio, o Velho, não esclarece a razão para a alegada hostilidade. Curiosamente, Ammianus Marcellinus, em *Rerum Gestarum*, xxii, 15, 19, explica que o “ichneumon” enfrenta, sem medo, o crocodilo, penetrando nas suas entranhas e destruindo-o por dentro. No mesmo sentido, vai Marcus Annaeus Lucanus, que, em *Pharsalia*, afirma que o animal encanta, com a sua cauda, a serpente do Nilo, matando-a em seguida (Luc., iv, 715 e ss.).

¹⁵ Diodoro, *Biblioteca Histórica*, i, 35 e 87.

¹⁶ Diodoro, *Biblioteca Histórica*, i, 83.

¹⁷ *Comentarios*, vol. I, pp. 185-186.

A par da iconografia, o embaixador evoca também a literatura, referindo-se tanto às “letras sagradas como profanas”. Começa por citar Dicearco, autor grego que, fazendo uma descrição da Grécia, louva a formosura das mulheres tebanas, aludindo à forma como estas vestiam e calçavam. Descreve, seguidamente, as sandálias com pormenor, destacando a forma como estas realçavam a beleza feminina, deixando ver a quase totalidade do pé. Para sustentar esta sua observação, evoca também Estrabão, no livro 17.¹⁸ Efectivamente, este faz-se eco da história de uma mulher a quem uma águia levou a sandália enquanto se banhava. A ave levou a sandália até Mênfis, deixando-a cair sobre o rei, que ficou impressionado com a sua forma. Não descansou enquanto não descobriu quem era a mulher e quando o conseguiu fez dela sua mulher.

O aspecto mais relevante nesta narrativa, que García de Silva y Figueroa parece conhecer bem, uma espécie de história da Cinderela antes do tempo, bem como a motivação subjacente à sua introdução na argumentação, é a referência à sandália, a qual, com origem na Índia, de acordo com a convicção do embaixador, teve depois uma difusão apreciável. As referências aduzidas pelo nosso autor têm em comum a exaltação da beleza feminina e é igualmente no mesmo sentido que podemos ler a citação que faz de *Judite*, o livro vetero-testamentário. A passagem a que García de Silva y Figueroa se refere é provavelmente Jdt 16, 9: “A sua sandália encantou os seus olhos, a sua beleza cativou o seu espírito”. A heroína e guerreira Judite, de beleza letal, impressiona não apenas pela sua valentia mas também pela sua formosura, auxiliada pelo perfume que aplicou ao seu rosto, pelo vestido de linho, pela tiara com que segurou o cabelo, mas igualmente pela sandália com que enfeitiçou o seu inimigo. Paradoxalmente, depois destas referências, que diríamos retóricas, à sandália como um atributo feminino, García de Silva y Figueroa afirma que são agora os homens, os “banianes” e os “bramenes”, quem as usa e já não as mulheres.

Mais adiante, o embaixador dedica-se a comentar a indumentária dos “bramenes” e dos “banianes”. Declara que o conservam “desde infinitos siglos, pues es el próprio que vsauan en el tienpo que Alexandro Magno entró en la India”.¹⁹ O cuidado recorrente que manifesta ao longo dos *Comentarios* em sustentar as suas afirmações com a citação e evocação dos autores clássicos ou das passagens bíblicas é, uma vez mais, visível neste contexto. A citação e a evocação da antiguidade e da sua *autorictas*, isto é, a referência aos autores clássicos e à Bíblia como argumentos de autoridade, é bem visível ao longo dos *Comentarios* de García de Silva y Figueroa. Em coerência com esta tendência que perpassa toda a obra, o autor cita, neste contexto, Quinto Cúrcio, no livro oitavo. O historiador romano, autor de uma *História de Alexandre Magno*, descreve a forma como habitualmente se vestiam e calçavam os

¹⁸ Estrabão, *Geografia*, xvii, 1, 33.

¹⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 196.

autóctones, informando que estes cobriam o corpo até aos pés com um manto de linho, usavam sandálias e nunca cortavam o cabelo nem a barba.²⁰ A compreensão e a assimilação destes usos e práticas, inusitados para o diplomata espanhol, dependem, como vemos, da evocação da antiguidade e do recurso aos autores clássicos.

García de Silva y Figueroa, na mesma passagem, refere que alguns “hazen una vida asperíssima y del todo austera y penitente, de manera que excede, conforme á lo que dellos se publica, á la que hazian en los yermos nuestros hermitaños antiguos, porque demas de andar casi desnudos, expuestos á las injurias del çielo y durmiendo en el suelo perpetuamente, de propósito se ensuzian y ponen muy squalidos, con poluo y çeniza todo el cuerpo, juntamente con el cabello y barua, muy largo y creçido, y algunos por particular deuoçion rapado lo uno y lo otro. Solo traen cubiertas las partes anteriores con algún pedaço de cuero ó estera de palma, siendo cosa increíble lo que cuentan de sus abstinencias, no comiendo en muchos días”. Esta descrição tão detalhada é sustentada pela referência a Quinto Cúrcio Rufo,²¹ sobretudo onde o autor romano afirma que existia uma categoria de homens, frugais e sábios, que, distinguindo-se da corrupção dos demais, eram agrestes e rudes.

Ainda a respeito daqueles homens, podemos ler que um dos aspectos que mais impressionam García de Silva y Figueroa é a facilidade com que se entregam à morte. Fazem-no por devoção aos seus ídolos e com um “senblante rrisueño y alegre”.²² A propósito desta observação, o embaixador evoca, uma vez mais, as autoridades clássicas. Cita primeiro o caso do brâmane Calano, que se teria imolado publicamente e diante de Alexandre Magno. Este episódio é narrado por Arriano,²³ que descreve a temeridade com que Calano desejou e enfrentou a morte, assim como a imobilização total do seu corpo, flagelado pelas chamas da fogueira em que ardia. O segundo exemplo, suscitado pelo nosso autor, corresponde à morte de “Zamarço”, em Atenas, perante César Augusto. O episódio é descrito por Estrabão,²⁴ contando que também aquele se havia imolado. A imolação dos dois brâmanes, a que García de Silva y Figueroa chama “philosophos”, é justificada por Arriano e por Estrabão pelo desejo de deixarem a vida terrena antes que o sofrimento se apoderasse do seu destino.

A propósito do comportamento e dos costumes das mulheres indianas, o nosso autor observa e realça, com alguma perplexidade, essas práticas, procurando entendê-las e até justificá-las.²⁵ Primeiro, chama a atenção para a facilidade com que aquelas “admiten y abraçan qualesquiera costunbres liçençiosas y libres á que el vso aya dado

²⁰ Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, viii, 9, 20-22.

²¹ Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, viii, 9, 31-32.

²² *Comentarios*, vol. I, p. 197.

²³ Arriano, *Anábese*, vii, 3, 1-6.

²⁴ Estrabão, *Geografia*, xv, 1, 73.

²⁵ *Comentarios*, vol. I, p. 205.

lugar”; depois, no entanto, atenua a imputação moral, asseverando que, ainda que tal aconteça, elas não são indecentes nem desonestas. García de Silva y Figueroa recorre, uma vez mais, à herança cultural e literária do mundo clássico para sustentar a sua argumentação, isto é, neste caso, para atenuar a censura moral. Diz o diplomata que aquela licenciosidade não é, todavia, comparável à que manifestavam as mulheres, essas sim “indecentes y desonestas”, durante os festivais de Baco e de Cíbele. Parece concluir que, aí sim, a contradição era evidente, uma vez que os comportamentos licenciosos e libertinos das mulheres tinham lugar em “republicas tan bien ordenadas como lo fueron las de los griegos y romanos”. A consequência clara da contradição que aponta ao mundo clássico é a mitigação da imputação moral inicialmente dirigida contra as mulheres indianas.

A argumentação de García de Silva y Figueroa alia a observação atenta da realidade à evocação e citação dos autores e da tradição literária clássica, que por vezes identifica e outras não, pretendendo, através desse recurso, reforçar a solidez retórica das suas conclusões. É o que acontece quando louva a alimentação característica das gentes da Pérsia, sustentando que era certamente adequada à prática da guerra, de certo por ser muito nutritiva, e reforçando o seu argumento com a evocação do exemplo dos atletas e heróis da antiguidade, que teriam uma dieta semelhante.²⁶ Noutro comentário idêntico e dentro da mesma temática, isto é, as práticas alimentares, o nosso autor louva as tâmaras de Lara,²⁷ considerando-as superiores às de Bissorá e da Babilónia, apesar de citar Xenofonte,²⁸ que lhes faz referência e alude às particularidades da sua utilização e consumo.

A escrita e a língua que usam estes “banianes” e “bramenes” prendem igualmente a atenção de García de Silva y Figueroa.²⁹ Dá-se conta de que, a par de uma “lengua vulgar”, é usada uma outra, “lengua escolastica”, de utilização mais erudita, académica e religiosa, que o nosso autor compara ao latim. Comenta as particularidades deste “alfabeto”, usado em ambos os casos, cujos signos compara, pela sua perfeição, aos da escrita arménia.³⁰

Após estas observações quanto à forma, o diplomata reflecte sobre a sua antiguidade, comparando-a com a de outras escritas como o hebraico, o árabe e o siríaco. Afirma que, ainda que os seus “caracteres y notas” sejam perfeitos e antigos, não reflectem nenhuma similitude com aquelas escritas, as quais, essas sim, foram as que “primero se tuvo noticia y de quien se aprendieron las demas en Asia y Europa”. Na

²⁶ *Comentarios*, vol. I, p. 295.

²⁷ *Comentarios*, vol. I, pp. 300-301.

²⁸ Xenofonte, *Anábase*, ii, 3, 15-16.

²⁹ *Comentarios*, vol. I, pp. 192-193.

³⁰ Na verdade, o autor compara a escrita com a língua arménia e não com a sua escrita, confundindo escrita com língua.

verdade, a convicção prevalecente na época era a de que aquelas línguas e respectivos sistemas de escrita eram os que sugeriam maior antiguidade. Foi preciso esperar por 1768 para que Gaston Cœurdox apresentasse na Academia das Inscrições e das Belas-Letras de Paris a sua tese de que o sânscrito, o grego e o latim partilhavam provavelmente a mesma origem.³¹ Em 1790, um carmelita alemão, Johann Philipp Wesdin, conhecido como Paulino de S. Bartholomeu, publicou uma gramática em que defendia que o grego, o latim e o hebraico não eram afinal as línguas mais antigas.

Nesta mesma secção dos *Comentarios*, García de Silva y Figueroa desenvolve e discute aquela que é uma das temáticas mais interessantes da obra, na lógica da valorização da antiguidade. Trata-se de uma observação e de uma reflexão de ordem metafísica sobre duas questões importantes para um cristão, como era o embaixador: a transmigração das almas e a origem do mundo. A curiosidade e a indagação filosófica e teológica de García de Silva y Figueroa levam-no a interpelar um médico, de nome Rama, sobre a “philosophia que profesan” estes brâmanes.³² O diplomata dá-se conta de que Rama apenas conhecia o nível da tradição, isto é, aquilo que havia aprendido através da “lengua vulgar”.

A partir desse nível da tradição, corrente e acessível, García de Silva y Figueroa reconhece a crença na imortalidade e na eternidade da alma, sustentada na “trasmu-tacion de unos cuerpos en otros”. O embaixador evoca, uma vez mais, a antiguidade, mas desta feita para desmentir os gregos, quando estes defendiam que havia sido Pitágoras o inventor desta doutrina.³³ Está, não obstante, convicto de que esta, pelo contrário, tivera a sua origem na Índia, tendo sido posteriormente difundida entre caldeus, egípcios³⁴ e, só depois, gregos.

A segunda questão, articulada no texto com a anterior, prende-se com a dimensão cosmogónica da criação. García de Silva y Figueroa começa por apresentar a sua definição sintética da entidade divina e demiúrgica. Sem o dizer claramente, parece evidente que o nosso autor valoriza atributos que facilmente se poderiam identificar

³¹ Cf. J. P. Mallory & D. Q. Adams, *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World* (Oxford, 2006), p. 4.

³² *Comentarios*, vol. I, p. 193.

³³ A teoria teve, efectivamente, uma implantação considerável entre os gregos, desde Pitágoras a Platão, sendo especialmente tratada no Orfismo. Platão dedica atenção ao assunto na *República*, X, 611a e em *Fédon*, lxx, c-d. Em *Fedro*, a questão da imortalidade e da reencarnação da alma é introduzida e tratada a partir da secção 246b.

³⁴ Já nas religiões pré-clássicas, nomeadamente da Mesopotâmia e do Egipto, a questão é muito mais complexa. A visão de García de Silva y Figueroa é certamente influenciada pela leitura da literatura clássica. Heródoto (*Histórias*, ii, 123, 2) afirma, a dado passo, que os egípcios foram os primeiros a defender que a alma é imortal e que após morte continua noutra criatura, regressando à vida. Depois de reencarnar em todas as criaturas, torna a nascer sob a forma humana, cumprindo assim um ciclo que dura três mil anos.

com a definição teológica do deus bíblico na concepção católica: “una inteligência inefable, imensa, incomprehensible, eterna, sin principio ni fin y de suma bondad y justicia”.³⁵ Acrescenta, logo adiante, uma dimensão moral e escatológica à intervenção divina na história e na humanidade, concretizada pela ideia de um julgamento final em que será concedido “premio eterno á los buenos y de la mesma manera pena á los malos”.

Na perspectiva de García de Silva y Figueroa, as similitudes são óbvias e persistem quando o autor explica a cosmogonia e a sua narrativa.³⁶ O caos, definido como uma “materia informe y confusa”, preexiste à criação da luz. Aqui o nosso autor assume com clareza a proximidade com o texto vetero-testamentário, quando afirma que tudo o resto foi criado “por la mesma orden que nos lo muestra el primero libro del Genesis”. Conclui a abordagem desta segunda questão, observando com perplexidade o que, na sua perspectiva, consiste na manifesta identidade entre estas crenças e a religião cristã.

García de Silva y Figueroa faz uma outra referência mais concreta às práticas religiosas dos indianos quando se refere à existência de uma caverna, situada em lugar de difícil acesso,³⁷ e onde existia um culto de grande devoção, atraindo gentes de todas as partes. O embaixador relata que se tratava do culto à imagem de uma serpente, acreditando-se, não obstante, que a divindade se manifestava igualmente através das aparições de cobras vivas. Interrogavam a serpente e obtinham respostas, umas positivas e outras negativas, como num oráculo. De facto, o nosso autor estabelece mesmo a comparação com o oráculo de Delfos, censurando a prática e a crença, sobretudo quando afirma que também os gregos haviam estado ali em “semejante engaño”.

É, uma vez mais, evidente que García de Silva y Figueroa se inspirou nos autores clássicos para interpretar as suas observações e as integrar no seu sistema de conhecimento sobre o Oriente. Não cita os autores mas é provável que tenha seguido Estrabão e Plutarco, frequentemente evocados ao longo dos *Comentarios*. Estrabão³⁸ informa que o lugar em que o oráculo está localizado é uma caverna, a qual apresenta uma entrada estreita de que sopra um ar que inspira uma certa perturbação divina. Plutarco, que terá oficiado em Delfos e reflectirá, por conseguinte, uma experiência pessoal, aborda também o fenómeno. Refere que ocasionalmente pairava no ar uma fragrância doce.³⁹ Esclarece, por outro lado, que a voz que se ouvia quando

³⁵ *Comentarios*, vol. I, p. 194.

³⁶ *Comentarios*, vol. I, pp. 194-195.

³⁷ *Comentarios*, vol. I, pp. 208-210.

³⁸ Estrabão, *Geografía*, ix, 3, 5.

³⁹ Plutarco, *Moralia*, v, 397c.

do oráculo não advinha de Apolo mas antes da própria mulher, acrescentando, no entanto, que era o próprio deus que a inspirava com as suas visões.⁴⁰

Na abordagem destas questões religiosas, e como metodologia para a sua compreensão, a literatura clássica e alguns dos seus autores fundamentais, lidos por García de Silva y Figueroa, à semelhança da Bíblia, constitui o meio que facilita o seu entendimento. A compreensão dessa *alteridade*, através da *comparatio* e da *auctoritas*, é assim simplificada pelo recurso a esses meios, a tradição literária dos clássicos e a Bíblia, assumidos na época, e em particular por García de Silva y Figueroa, como as chaves para entender o Oriente.

A descrição das históricas cidades persas

Com a chegada de García de Silva y Figueroa à Pérsia, adensa-se a malha de referências culturais e literárias sobre as antiguidades, tanto a clássica como a pré-clássica, ambas mediadas, evidentemente, pelo recurso aos autores gregos e latinos e à própria Bíblia. A primeira referência a chamar a nossa atenção é a associação que o embaixador faz entre Xiras e Cirópolis.⁴¹ A identificação desta cidade, supostamente fundada por Ciro II, é ainda hoje objecto de discussão. Estrabão localiza uma Cira, fundada por Ciro, na Sogdiana.⁴² Arriano alude a uma Cirópolis, uma grande cidade, defendida por uma forte muralha, e fundada por Ciro.⁴³ Quinto Cúrcio Rufo relata a ordem de cercar Cirópolis, dada por Alexandre a Cratero.⁴⁴

Estas identificações erróneas, de que a associação entre Xiras e Cirópolis é um exemplo, eram comuns na época.⁴⁵ Curiosamente, Nicolau de Orta Rebelo, poucos anos antes, passou também pela região mas tinha em mente outra identificação, isto é, a de Xiras com Persépolis, que, não obstante, refutou: “Esta Cidade de Xiras, não he a antiga de quem se dizia, que quando Xiras, era Xiras, era o Grão Cayro sua Aldea, por Ser muy populosa, e grande, da qual não ha hoje, mais que os cornos ou vestígios, está nova doze léguas”.⁴⁶

As identificações equívocas envolviam e confrontavam, por vezes, duas tradições distintas. De um lado, estava a tradição literária, clássica e bíblica, com a sua *auctoritas*, e do outro, impunha-se uma tradição oral, sustentada pelas convicções locais.

⁴⁰ Plutarco, *Moralia*, v, 397d.

⁴¹ *Comentarios*, vol. I, pp. 344-345.

⁴² Estrabão, *Geografía*, xi, 11, 4.

⁴³ Arriano, *Anábase*, iv, 3, 1.

⁴⁴ Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, vii, 6, 16.

⁴⁵ Observa-se o mesmo problema com a identificação de Babilónia.

⁴⁶ *Relação da Jornada que fez Nicolao Dorta Rabello*, fl. 42. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Um Voyageur Portugais en Perse au début du XVIII^e siècle* (Lisboa, 1972), p. 118.

Tanto o caso de García de Silva y Figueroa, quando aceita a associação de Xiras a Cirópolis, como o caso de Nicolau de Orta Rebelo, na identificação de mesma cidade com Persépolis, mesmo quando a refuta, convocam essas duas tradições.

García de Silva y Figueroa opõe essas duas tradições. Afirma, como já vimos, a sua convicção de que Xiras é Cirópolis, certamente sustentado pelas suas leituras, ainda que com interpretação errónea, dos autores clássicos, no entanto, mais adiante,⁴⁷ testemunha a consciência histórica das gentes locais quanto à antiguidade da cidade: “no es su fundación de mas de setecientos años despues, mucho, que los árabes se hizieron señores de la Persia, por otra parte, sigun la antigua tradición que en ellos se halla, parece ser de mucho mas tiempo atrás”. A sua convicção, aqui reafirmada,⁴⁸ de que Xiras é muito mais antiga é contradita pela percepção local.

O diplomata faz também referências, ainda que breves, a outros sítios históricos, designadamente às capitais dos reis aqueménidas. É o caso de Pasárgada, que identifica com a cidade de Pasa,⁴⁹ e também de Susa, associada a Suster,⁵⁰ correspondendo hoje à cidade de Shush. Todavia, a descrição que, de longe, é mais extensa e em que o autor se detém mais demoradamente é a de Persépolis, a mais notável e magnífica capital aqueménida. As suas ruínas e os ecos dessa antiguidade misteriosa preservavam a memória da sua grandeza e esplendor, impressionando quaisquer viajantes que por ali passassem.

García de Silva y Figueroa não escapou a esse fascínio pela antiguidade e, durante a sua demorada permanência em Xiras, que se estendeu de 24 de Novembro de 1617 a 4 de Abril do ano seguinte,⁵¹ decidiu visitar Persépolis, conhecida como Chilminara. Explica a etimologia do topónimo: “en lengua arabiga suena lo mesmo que quarenta alcoranes ó quarenta columnas”.⁵² Alcorão apresenta, na aceção em que o autor usa o vocábulo, um sentido diverso daquele a que estamos habituados, significando coluna ou, noutros contextos, minarete.⁵³ A elucidação do autor está em parte correcta. Se, efectivamente, “minara” constitui uma adaptação do árabe e significa o minarete, embora neste caso “coluna, já “chel” parece corresponder a ao numeral quarenta mas em persa.

⁴⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 346.

⁴⁸ Fá-lo, de novo, mais adiante (*Comentarios*, vol. I, p.358), asseverando que Xiras foi fundada por Ciro, ainda que o seu nome actual resulte hoje alterado.

⁴⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 345. Corresponde a Pasa Kuri (cf. Samuel Butler, *Geographia Classica: or the application of Ancient Geography to the Classics* [Filadélfia, 1831], p. 181).

⁵⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 349.

⁵¹ *Comentarios*, vol. I, p.365.

⁵² *Comentarios*, vol. I, p.369.

⁵³ Cf. Sebastião R. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático* (2 vols., Hamburgo, 1982), vol. I, p. 22.

Rumo a Persépolis, a cerca de metade do caminho, García de Silva y Figueroa avista e faz referência ao rio “Bramiro”. O diplomata afirma, concretamente, que este rio era conhecido na antiguidade como Araxes, referindo que é mencionado por autores como Quinto Cúrcio,⁵⁴ Diodoro⁵⁵ e Estrabão.⁵⁶ Manifesta, no entanto, a preocupação de precisar que este Araxes não era o mesmo que atravessava a Arménia.⁵⁷ Trata-se, muito provavelmente, do rio Kor, a sua designação actual.⁵⁸

O nosso autor dedica atenção especial a este rio. Descreve detidamente a sua localização e itinerário, não deixa de mostrar, como vimos, que não o confundia com o outro Araxes e menciona-o como “sigundo y menor Araxes”.⁵⁹ Evoca, uma vez mais, a antiguidade e refere o rio como cenário das façanhas de Alexandre Magno. O extenso relato, sustentado pela menção dos autores clássicos, tinha como objectivo final a confirmação de que efectivamente este rio, conhecido na época como “Bramiro”, correspondia ao Araxes referido nessas fontes. Concluindo esta secção da obra, o embaixador afirma com clareza: “ainsi queda bastantemente aueriguado ser este rrio Araxes”.⁶⁰ Acrescenta ainda que Alexandre o atravessou, acercando-se então de Persépolis. O propósito do nosso autor era, efectivamente, confirmar que este “Bramiro” era o Araxes atravessado por Alexandre e esse labor justificava-se pelas dúvidas e incoerências que a própria literatura clássica sustentava, ao mencionar os dois rios homónimos.

García de Silva y Figueroa visita, por fim, Persépolis. Fica obviamente impressionado pela antiguidade e pela monumentalidade das ruínas.⁶¹ Chama-nos a atenção um comentário em que manifesta a sua perplexidade pelo facto de nenhum dos visitantes que o antecederam haver produzido “con propiedad ó alguna erudición”⁶² uma descrição do lugar. Efectivamente, este comentário diz algo sobre a personalidade do embaixador, um homem curioso, exigente nas suas avaliações e que procura sustentar o que escreve, recorrendo àquelas que eram na época as autoridades históricas e literárias. É, pois, natural que manifeste a sua insatisfação e até incredulidade com a inexistência dessa descrição mais erudita, mas também se percebe desde logo que é seu anseio assumir essa missão.

⁵⁴ Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, v, 4, 7; 5, 2 e 3; 7, 9.

⁵⁵ Diodoro, *Biblioteca Historica*, xvii, 69, 2.

⁵⁶ Estrabão, *Geografia*, xv, 3, 6.

⁵⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 370.

⁵⁸ O rio era também conhecido como Bundemir e talvez tenha aí origem o nome usado por García de Silva y Figueroa, isto é, “Bramiro”. Cf. *The Modern Traveller: A Popular Description, Geographical, Historical, and Topographical, of the Various Countries of the Globe: Persia and China* (2 vols., Londres, 1827), vol. II, pp. 4-5.

⁵⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 371.

⁶⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 372.

⁶¹ *Comentarios*, vol. I, p. 373.

⁶² *Comentarios*, vol. I, p. 373.

A sua descrição arquitectónica do complexo, e em especial das colunas, é extensa, rigorosa, registando medidas e distâncias, características, materiais, paralelismos e quase nos imaginamos a deambular pelo recinto, apreciando a sua magnificência. A dado passo, o embaixador conduz-nos até ao Apadana, a sala hipostila onde o rei persa recebia os dignitários de todas as partes do império. Ao longo da escadaria, descreve o extenso painel de baixo-relevo, impressionado pela beleza das cenas esculpidas. O combate entre o leão e o touro é apreciado com especial assombro. García de Silva y Figueroa não hesita em declarar que o predador foi esculpido com grande perfeição, destacando o realismo e o detalhe da representação.⁶³

Estamos agora dentro do Apadana. O diplomata tem a consciência de que está perante uma arquitectura diferente daquela que conhece, com cânones distintos da clássica: “aunque sin las partes que comunmente ay en la architectura antigua, pero hermosamente labradas, guardando en todo admirable medida y proporçion”.⁶⁴ A afirmação, quase conclusiva, faz jus à descrição pormenorizada que foi fazendo ao longo da visita, destacando-se a apreciação estética do todo e das partes mas também o elogio da medida e da proporção. Os magníficos baixos-relevos impressionam-no de tal maneira que afirma, tendo certamente o mundo clássico como matriz referencial, que nunca havia visto, nem reconhecido nas “memorias de la antiguedad”,⁶⁵ algo que apreciase tanto.

García de Silva y Figueroa é não só um observador atento e rigoroso como também alguém dotado de um notável sentido estético e com uma cultura visual que lhe permite apreciar e transmitir as suas impressões. Acompanhamo-lo mentalmente na sua deambulação através de Persépolis e quase que podemos intuir, pelas suas palavras, a emoção e a exaltação com que vai entrevendo, a cada passo, novos motivos de interesse e de reflexão.

O vislumbre desta originalidade, a consciência de jamais haver visto algo idêntico, levam-no a reflectir sobre a sua antiguidade. Ele próprio o diz com clareza, comentando as representações das figuras e a sua indumentária: “el ábito y venerable traje de los hombres de aquel antichissimo siglo, tan diferente del que en Asia sigun la memoria que se puede tener, jamas se a vsado ni se vsa agora”.⁶⁶ García de Silva y Figueroa não esconde, por conseguinte, a sua perplexidade perante a originalidade daquilo que observa. O deslumbramento diante do concreto é evidente quando contempla e toca as pedras de que são feitas aquelas colunas e edificações.⁶⁷ Assom-

⁶³ *Comentarios*, vol. I, p. 379.

⁶⁴ *Comentarios*, vol. I, p. 380.

⁶⁵ *Comentarios*, vol. I, p. 380.

⁶⁶ *Comentarios*, vol. I, pp. 380-381.

⁶⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 382.

brado com a perfeição e com a qualidade dessas pedras, inalteráveis e resistentes ao tempo, o diplomata cogita sobre a antiguidade ambígua e incerta do que testemunha em Persépolis.

Uma das cenas em baixo-relevo que mais impressionam García de Silva y Figueroa é, noutra área do complexo, o Tesouro, zona adjacente à sala do Trono, a que corresponde à representação de Dario I recebendo o príncipe herdeiro. O embaixador descreve minuciosamente a cena mas não identifica a personagem sentada e a sua dignidade real. Alude à indumentária das figuras representadas, que lhe lembra a dos antigos romanos, bem como a dos senadores de Veneza. Numa outra zona, que correspondia ao harém de Xerxes, García de Silva y Figueroa descreve outro baixo-relevo em que identifica uma personagem que se lhe afigura ser muito semelhante às da cena anterior, sobretudo pela barba, pelo cabelo, pela indumentária e pelo bordão que empunha. Apesar da “suma y autorizada grauedad”⁶⁸ que lhe reconhece, não identifica a personagem, Xerxes, nem a sua dignidade real.

O autor é, como já tivemos ocasião de afirmar, minucioso na sua descrição e muito atento aos pormenores, especialmente os que se prendem com a indumentária e adereços pessoais. Lembremos o comentário em que exprime a sua estranheza pelo facto de não haver antes sido registada nenhuma descrição do lugar “con propiedad ó alguna erudición”.⁶⁹ Era esse, claramente, o seu propósito. Fá-lo, recorrendo a uma linguagem rigorosa mas não se fica por aí. Efectivamente, fazendo-se acompanhar por um pintor, mandou que este registasse várias das representações que ali observou. Parece-nos, não obstante, evidente que García de Silva y Figueroa pretendia não apenas a descrição rigorosa, verbal e gráfica, como também um registo que ficasse para a posteridade.

Há outras representações que prendem, pelo seu carácter inusitado, a atenção do diplomata. Referimo-nos às cenas de combate entre figuras humanas e criaturas híbridas como leões alados ou com aspecto de serpentes, que lhe recordam a iconografia que representa a peleja entre Hércules e a Hidra.⁷⁰ Estas cenas eram comuns no registo iconográfico mesopotâmico. A arte aqueménida era, em muitos aspectos, herdeira da iconografia assíria, assistindo-se a uma continuidade na representação de figuras como os leões e os touros alados ou outros animais híbridos, assim como de cenas de combate entre o leão e o rei-herói.

As representações visíveis da escrita impressionam vivamente o diplomata. Afirma, a dado passo, que as inscrições que ali observa são compostas por “letras del todo incognitas”, mas declara, com convicção, que são mais antigas que as hebraicas, as

⁶⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 383.

⁶⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 373.

⁷⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 387.

árabes e as caldeias, não apresentando qualquer similitude com estas e ainda menos com o grego ou com o latim.⁷¹ Impressiona-o igualmente o facto de esta escrita se encontrar gravada na própria pedra e de tal forma que ordenou ao pintor que o acompanhava que reproduzisse igualmente alguns desses signos.⁷² Chama a esses signos cuneiformes letras e informa-nos que “estauan cauadas y labradas muy hondas en la piedra, conpuestas todas de piramides pequenas puestas en diferentes formas”.⁷³ Não deixa de ser uma boa descrição da escrita cuneiforme, a qual observava pela primeira vez.

Aspecto curioso na observação e na análise que García de Silva y Figueroa faz da iconografia de Persépolis é a conclusão de que estas representações não continham ilustrações de figuras femininas, o que lhe suscita estranheza. Todavia, o alvo da sua curiosidade parece ser especificamente a indumentária que as mulheres desse tempo usariam. Especula então que sendo o traje masculino ali figurado tão digno, decerto que o das mulheres não deixaria de o ser igualmente.⁷⁴ Para além de evocar Homero e a descrição que este faz acerca da forma como vestiam as mulheres de Tróia, as quais se distinguem pela decência dos seus trajes, quando comparadas com as outras mulheres orientais,⁷⁵ o embaixador evoca a própria Bíblia, citando o capítulo 15 do livro de Ester.

A descrição de Persépolis ocupa longamente García de Silva y Figueroa. O autor não tem dúvidas de que se trata da antiga capital dos aqueménidas,⁷⁶ embora sinta a necessidade de o asseverar, como que respondendo a eventuais incertezas de outros. A sua percepção da antiguidade pré-clássica e oriental, bem como da respectiva cronologia, revela-se, não obstante, algo imprecisa e insegura, o que era normal, considerando os conhecimentos limitados da época e os condicionalismos impostos por fontes secundárias e indirectas, como eram a Bíblia e os autores gregos e latinos. Afirma que, embora as “sagradas letras” e os “autores profanos” tenham primeiro dado notícia sobre Nínive⁷⁷ e sobre a Babilónia,⁷⁸ não é de descurar a antiguidade de

⁷¹ *Comentarios*, vol. I, p. 380.

⁷² *Comentarios*, vol. I, p. 388.

⁷³ *Comentarios*, vol. I, p. 389.

⁷⁴ *Comentarios*, vol. I, p. 390.

⁷⁵ *Comentarios*, vol. I, p. 390.

⁷⁶ *Comentarios*, vol. I, p. 390.

⁷⁷ Sobre Nínive, García de Silva y Figueroa cita duas autoridades: uma bíblica, o profeta Naum, e a outra clássica, Diodoro. Relativamente a Naum, terá em mente Na 1, 8, onde o profeta alude à destruição de Nínive, provocada por uma inundação, o que é entendido como uma profecia da conquista da metrópole assíria por babilónios e medos. Na 2, 7 alude ao arrombamento das portas do rio, que leva à destruição do palácio real. J. Scurlock (em “The Euphrates Flood and the Ashes of Nineveh [Diod. II 27.1-28.7]”, *Historia Zeitschrift für Alte Geschichte*, 39, 3 [1990], pp. 382-384) estabelece, tal como o nosso autor, a relação entre esta passagem bíblica e o comentário de Diodoro em *Biblioteca Histórica*, II, 27.1, admitindo uma provável tradição histórica acerca da conquista de Nínive. Diodoro equivoca-se, uma vez que situa a capital assíria nas

Persépolis, a qual, apesar de mais longínqua e menos afamada, poderia ser mais antiga do que outras metrópoles históricas.⁷⁹ É o caso de Mênfis. García de Silva y Figueroa diz-nos que a cidade nunca ultrapassou a glória de Nínive e da Babilónia e deprecia as pirâmides, afirmando que estas mais não são do que “unos grandes montones de piedras”. É claro que a sua análise é condicionada pelo concreto, pelo visível, em suma, pelo monumental. Estávamos longe do séc. XIX, a época das grandes descobertas e dos grandes avanços na arqueologia e na história destas antiguidades ainda ocultas e enterradas, cujas escritas permaneciam misteriosas e por decifrar. Nesse sentido, embora reconheça a admiração que as pirâmides suscitavam na Europa, o autor manifesta a sua visão crítica, comentando que Persépolis, ainda que desconhecida, se superiorizava claramente, graças à magnífica escultura e à excelente arquitectura.⁸⁰

A grandiosidade de Persépolis é, como não podia deixar de ser na típica perspectiva de García de Silva y Figueroa, fundamentada não apenas na sua observação directa e pessoal mas igualmente na leitura e evocação dos autores clássicos. Por isso, convida mais uma vez Arriano, Diodoro, Plutarco e Quinto Cúrcio, sempre presentes no seu espírito.⁸¹ É Diodoro,⁸² sem dúvida, quem lhe merece mais crédito ao fazer a descrição da dimensão e da importância da metrópole e ao narrar também o seu ocaso. Não obstante, o nosso autor está longe de fazer uma leitura acrítica das suas fontes e relativamente a Diodoro questiona,⁸³ por exemplo, a existência das três muralhas⁸⁴ que o autor clássico defende. Preocupa-se com o rigor da tradução e mostra ser um leitor crítico, assim como um observador atento e rigoroso, não hesitando em contrariar o conhecimento comum e estabelecido sempre que as suas próprias indagações o conduzem em sentido oposto.

A visita a Persépolis é indubitavelmente uma das temáticas mais importantes dos *Comentarios*, no que respeita à antiguidade. No entanto, e ainda que com menor expressão e desenvolvimento na narrativa de García de Silva y Figueroa, ocupa

assíria nas margens do Eufrates, em vez do Tigre, informando que a inundação teria tido origem no primeiro rio. Não obstante, García de Silva y Figueroa não se deixa enganar e ainda que evoque Naum e Diodoro dá a informação correcta. Não se podendo provar que a inundação tenha tido alguma relevância na tomada da cidade, observa-se, ainda assim, que o nosso autor, embora citando Diodoro, não embarca no seu equívoco na identificação do rio.

⁷⁸ Sobre a Babilónia, García de Silva y Figueroa destaca as suas muralhas e as suas obras de irrigação, especialmente os jardins suspensos. Diodoro descreve a mítica obra em *Biblioteca Histórica*, II, 10.

⁷⁹ *Comentarios*, vol. I, pp. 390-391.

⁸⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 391.

⁸¹ *Comentarios*, vol. I, p. 392.

⁸² Diodoro dedica especial atenção à descrição da cidade em *Biblioteca Histórica*, xvii, nos capítulos 70-74.

⁸³ *Comentarios*, vol. I, p. 393.

⁸⁴ Diodoro, *Biblioteca Histórica*, xvii, 71, 4.

também lugar relevante a discussão acerca de Ecbátana. García de Silva y Figueroa afirma, ainda que sem convicção, que “Tauris” (Tabriz) correspondia à antiga Ecbátana, a antiga capital da Média e uma das capitais dos aqueménidas.⁸⁵ Embora fosse opinião corrente na Europa ser esta “Tauris” a antiga Ecbátana, mais adiante, o autor torna-se mais claro, ao negar categoricamente a verosimilhança dessa identificação.⁸⁶ Argumenta que dificilmente os vestígios de uma tão grande cidade teriam assim desaparecido na totalidade. Por outro lado, também lhe parece estranho o facto de os autores clássicos, e entre eles Apiano e Plutarco, não haverem referido a metrópole, a propósito da campanha de Marco António através da Média.⁸⁷

García de Silva y Figueroa não sabia que Ecbátana correspondia à actual Hamadan. Tinha, todavia, a convicção, ainda que contrariando a opinião comum, que aquela não podia, por todos os argumentos aduzidos, ser localizada em Tabriz. Um dos argumentos principais a favor da sua localização em Tabriz prendia-se com a sua dimensão urbana e populacional nos inícios do séc. XVII. Essa dimensão no presente corresponderia decerto à importância que a cidade teria tido outrora. Este era o argumento, mas o diplomata, na sua atitude crítica, refuta-o: “las ciudades muy antiguas, particularmente las que lo son tanto como Ecbatana, estan, no solo en este tiempo, pero mucho numero de siglos antes, del todo desoladas ó con muy pocos vestigios de lo que antes fueron”.⁸⁸ Dá, logo de seguida, varios exemplos: Alexandria, Antioquia, Babilónia, Persépolis, entre vários outros. São cidades que “se veen agora rreduzidas á muy pequeñas aldeas, y algunas que casi no se halla rrastró en que parte fuesen”.⁸⁹ Este raciocínio pressupõe a ideia de que a grandeza histórica de uma cidade é transitória e também que o que foi notável outrora perde, com o tempo, a sua expressão e importância.⁹⁰ Pelo contrário, muitas das grandes cidades de hoje teriam a sua origem muito mais recente. Está assim subjacente ao pensamento de García de Silva y Figueroa uma reflexão sobre o sentido transitório da história e a percepção de que as grandes metrópoles da antiguidade haviam todas passado por um processo de decadência que as conduzira a uma expressão mínima ou mesmo ao obliúvio, não fora a memória que delas ficou através dos autores gregos e latinos e da Bíblia.

García de Silva y Figueroa volta ao tema da identificação errónea de Ecbátana com “Tauris”, aduzindo novos argumentos. Afirma que os jardins, as fontes e os canais de irrigação que se podiam observar em “Tauris” mostravam que a edificação da

⁸⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 40.

⁸⁶ *Comentarios*, vol. II, p. 209.

⁸⁷ *Comentarios*, vol. II, p. 210.

⁸⁸ *Comentarios*, vol. II, p. 212.

⁸⁹ *Comentarios*, vol. II, p. 213.

⁹⁰ O autor aponta, no entanto, o exemplo de Damasco como uma excepção a esta tendência, uma vez que esta cidade manteve, desde a antiguidade, a sua grandeza (*Comentarios*, vol. II, p. 213).

cidade havia tido lugar após a chegada dos árabes, não se encontrando quaisquer vestígios da sua suposta antiguidade.⁹¹ No entanto, o diplomata não se limita a criticar ou a refutar as certezas relativas à geografia histórica. No caso de Ecbátana, propõe mesmo uma hipótese de identificação. Começa por referir que a decadente “Sultania”,⁹² situada a sudeste de “Tauris”, estava agora reduzida a cerca de trezentas casas, embora pelas ruínas visíveis se percebesse a sua antiguidade e grandeza.⁹³ Valoriza a sua localização, situada bem no coração da Média, e defende então tratar-se de Ecbátana, a qual foi usada como residência de verão pelos reis aqueménidas⁹⁴ e constituía uma das suas capitais. O problema da identificação e localização de Ecbátana é interessante e ilustrativo do sentido crítico de García de Silva y Figueroa. Nesta discussão, o autor refuta a hipótese convencional, apresenta os argumentos que sustentam essa posição e atreve-se a suscitar a sua proposta de localização, fundamentada na observação directa e na análise histórica.

As descrições da Babilónia e da Mesopotâmia

A Mesopotâmia é outra área temática fundamental nos *Comentarios* de García de Silva y Figueroa. O autor estrutura essencialmente a narrativa de acordo com um critério geográfico, organizando-a de norte para sul, ao longo do Eufrates. Entre as várias referências históricas que vai coligindo, dá especial atenção a “Orfa”,⁹⁵ identificando-a com a antiga Edessa,⁹⁶ Aparentemente, o embaixador reflecte aqui alguns equívocos acerca da tradição bíblica em torno da figura patriarcal de Abraão. Comenta que a cidade conserva a memória de Abraão, o que indica a convicção de que esta “Orfa”⁹⁷ seria a Ur donde Tera, pai do patriarca, havia partido em direcção a Harran⁹⁸ (Gn 11, 31). A tradição bíblica tem, no entanto, identificado esta Ur como a cidade situada na Mesopotâmia meridional, ainda que a moderna historiografia sustente que não se registam referências à Ur caldeia antes dos inícios do I milénio a.C. Observa a notável muralha de “Orfa”, inseguro quanto à sua antiguidade, e menciona a tradição oral que reflectia narrativas sobre “Nenbrot”.⁹⁹ O nome corresponde a uma corruptela de Nimerod, mencionado em Gn 10, 8-9 como um descendente de

⁹¹ *Comentarios*, vol. II, p. 213.

⁹² Corresponde à actual Soltaniyeh, situada entre Teerão e Tabriz.

⁹³ *Comentarios*, vol. II, p. 214.

⁹⁴ *Comentarios*, vol. II, p. 215.

⁹⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 246. Trata-se da actual Urfa, na Turquia.

⁹⁶ Assim chamada desde Seleuco Nicátor.

⁹⁷ Esta identificação correspondia, provavelmente, a uma tradição local.

⁹⁸ Esta Harran é mencionada por García de Silva y Figueroa como “Carram”, também na actual Turquia. O diplomata afirma que Abraão era natural desta cidade, o que contraria o relato bíblico, uma vez que em Gn 11,31 podemos ler que Tera abandonou Ur, acompanhado por Abraão e outros da sua família.

⁹⁹ *Comentarios*, vol. II, p. 247.

Noé e em 1 Cr 1, 10 como o primeiro grande rei da terra. No Antigo Testamento, Nimerod está associado à Assíria, como podemos verificar em Mq 5, 5.¹⁰⁰

Ainda no contexto da errância abraâmica, García de Silva y Figueroa alude também a Harran. A cidade, referida como “Carras”, mas identificada claramente com a Harran bíblica e também associada à morte de Marco Crasso,¹⁰¹ é presentemente, de acordo com a descrição do diplomata, “una pequeña aldea de çien casas”,¹⁰² o que vem ao encontro da lógica sugerida de que as metrópoles de outrora tendem a desaparecer ou a ficar reduzidas a uma expressão pouco significativa.

São obviamente muitas as referências, que a propósito da geografia histórica destes lugares que bordejam o Eufrates e o Tigre ou daqueles que se encontram nas suas proximidades, García de Silva y Figueroa vai mencionando ao longo dos *Comentarios*, evocando os autores clássicos e o Antigo Testamento. A Babilónia destaca-se, no entanto, em relação a todos os outros, fundamentalmente devido ao que representa na cultura ocidental, pelo seu simbolismo e pelo significado profundamente enraizado na antiguidade pré-clássica, transformado posteriormente pela Bíblia e pela literatura grega e latina. A Babilónia tornou-se assim um signo na religião e na civilização ocidentais e todos os viajantes europeus por terras asiáticas a queriam ver com os seus próprios olhos e confrontar o que testemunhavam com a concepção comum e tradicional, fruto do legado cultural bíblico e clássico.

García de Silva y Figueroa começa por apontar o erro comum que consistia em confundir a Babilónia com Bagdad.¹⁰³ Na realidade, a grande metrópole de outrora encontrava-se mais a sul. Para quem se acerque do lugar, as ruínas são bem visíveis e abundam os vestígios do betume e do adobe usados na antiguidade. O lugar é desolado, diz-nos o autor,¹⁰⁴ certamente encontrando razões, uma vez mais, para confirmar a sua convicção de que as grandes urbes de antanho tendem não só a perder o seu brilho como a enfrentar um declínio inexorável.

Faz-se eco das tradições locais, tanto de origem cristã nestoriana como islâmica, ao referir os alegados vestígios de episódios narrados no Antigo Testamento, os quais teriam tido como cenário esta região.¹⁰⁵ Não obstante, García de Silva y Figueroa

¹⁰⁰ Regista-se uma tradição sobre esta figura, inclusive exterior à própria Bíblia, a qual lhe atribui façanhas, bem como a participação na construção da Torre de Babel e a edificação de cidades. Essa reputação repercute-se igualmente, ainda que com especificidades, nas tradições judaica e islâmica.

¹⁰¹ *Comentarios*, vol. II, p. 250.

¹⁰² *Comentarios*, vol. II, p. 250.

¹⁰³ *Comentarios*, vol. II, p. 270.

¹⁰⁴ *Comentarios*, vol. II, p. 282.

¹⁰⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 283. É o caso do episódio sobre os amigos de Daniel, condenados a arder numa fomalha (Dn 3,8-30); é igualmente o caso de Daniel que é lançado a uma cova com

manifesta de novo o seu sentido crítico. Não aceita a verosimilhança destes testemunhos e vestígios, uma vez que não existia qualquer evidência ou inscrição que os pudesse sustentar ou confirmar.¹⁰⁶

O ponto alto da narrativa a respeito da Babilónia não podia deixar de ser a Torre de Babel. O diplomata descreve o que se lhe afigura como “un altissimo cinborrio ó cupula, sobre gruesas paredes de ladrillo, tenido vulgarmente por todos por la torre de Babel y confusión de las lenguas”.¹⁰⁷ Subscreeve, todavia, as dúvidas de outros, como Cesare Federici,¹⁰⁸ acerca dessa pretensa identificação e prefere sustentar a hipótese de esta construção consistir, na realidade, na “piramide arruynada que Alexandro quiso rrestaurar en Babilonia”,¹⁰⁹ citando a esse propósito Estrabão. Efectivamente, o autor informa-nos que Alexandre tinha a intenção de patrocinar a reconstrução desse edifício que caracteriza como a tumba de Belo, a qual havia sido destruída por Xerxes. Alexandre não chegou, todavia, a concretizar o seu desejo, uma vez que morreu entretanto.¹¹⁰

García de Silva y Figueroa refuta, por conseguinte, a identificação desta construção com a bíblica Torre de Babel. Não nega a sua existência inicial,¹¹¹ mas considera que o dilúvio e o próprio tempo se terão encarregado de apagar os vestígios dessa edificação, acrescentando que Heródoto não a menciona e que no tempo de Alexandre não se registava já qualquer sinal da sua sobrevivência.¹¹² Esta construção era, não obstante, a zigurate da Babilónia, associada ao complexo do templo de Marduk (Esagila), conhecida nesse tempo como Etemenanki. Terá sido a visão impressionante dessa construção imponente, a zigurate, que se terá repercutido na redacção do Antigo Testamento, vincando na tradição esse ícone cultural e religioso que é a Torre de Babel.

García de Silva y Figueroa, apesar de desprovido dos meios que lhe permitiriam ter uma visão mais informada e crítica sobre a Babilónia, tem a consciência da sua importância, referindo inclusive a elevada frequência com que a urbe mesopotâmica é

leões (Dn 6). García de Silva y Figueroa dá outros exemplos mais de situações em que os habitantes locais, para além do forno ou da cova de Daniel, pretendiam mostrar testemunhos e vestígios desses episódios bíblicos.

¹⁰⁶ *Comentarios*, vol. II, p. 283.

¹⁰⁷ *Comentarios*, vol. II, p. 283.

¹⁰⁸ Viajante veneziano que no séc. XVI atravessou igualmente esta região e foi autor de um relato acerca desse périplo.

¹⁰⁹ *Comentarios*, vol. II, pp. 283-284.

¹¹⁰ Estrabão, *Geografia*, xvi 1, 5.

¹¹¹ O diplomata nunca contesta a informação com origem no Antigo Testamento. Pelo contrário, essa informação constitui, a par da literatura clássica, a *auctoritas* em que fundamenta a discussão e a sua argumentação.

¹¹² *Comentarios*, vol. II, p. 284.

mencionada na Bíblia, apenas ultrapassada por Jerusalém,¹¹³ o que constituía para o diplomata e na sua época um indicador muito significativo. Essas referências bíblicas reflectem a importância histórica da grande metrópole na antiguidade, evidenciando a sua perdurabilidade ao longo do tempo. O embaixador tem a consciência de que a urbe, embora ainda imponente no tempo de Alexandre,¹¹⁴ havia já perdido muito do seu esplendor, sofrendo as consequências da conquista de Ciro II, em 539 a.C.¹¹⁵

A queda da Babilónia ocupa a atenção de García de Silva y Figueroa, citando vários autores clássicos e a Bíblia. Entre os primeiros, evoca Heródoto,¹¹⁶ Xenofonte,¹¹⁷ Trogo Pompeu¹¹⁸ e Diodoro,¹¹⁹ apesar do carácter muito sucinto de alguns desses relatos.¹²⁰ No que concerne ao Antigo Testamento, cita o livro do profeta Jeremias e em particular os capítulos 50 e 51, que narram a queda da Babilónia. Cita igualmente o quinto capítulo do livro de Daniel, onde este decifra e interpreta o presságio ocorrido durante o banquete no palácio, o qual anunciava a futura queda da Babilónia. Acrescenta-se no texto bíblico que durante essa mesma noite o rei babilónico¹²¹ foi

¹¹³ *Comentarios*, vol. II, p. 285.

¹¹⁴ Alexandre conquistou a cidade em 331 a.C. e veio a morrer nela em 323 a.C.

¹¹⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 285.

¹¹⁶ O episódio é narrado por Heródoto, *Histórias*, i, 189, 1-191-6.

¹¹⁷ Xenofonte, *Ciropeia*, vii, 4, 16 e ss.

¹¹⁸ Trogo Pompeu, *Epítome de Justino*, i, 7.

¹¹⁹ Diodoro, *Biblioteca Histórica*, xvii, 71, 1. Diodoro relata o facto de Alexandre se haver apoderado do tesouro da cidade, acumulado desde o tempo de Ciro.

¹²⁰ *Comentarios*, vol. II, p. 285.

¹²¹ Esta última fase da monarquia neo-babilónica suscita muitas dúvidas e equívocos quanto à sucessão dos seus últimos reis. García de Silva y Figueroa interessa-se particularmente pelo assunto (*Comentarios*, vol. II, pp. 288-289) e evoca três textos bíblicos. Daniel refere que este último rei da Babilónia teria sido Baltazar (Bel-sharra-usur), supostamente filho de Nabucodonosor (Dn 5, 1). Baruc (1, 11-12) concorda com essa ideia, afirmando também que este Baltazar era filho de Nabucodonosor e que teria sido o último rei babilónico. Não obstante, Jeremias, também citado pelo embaixador, parece apontar numa direcção diferente. Efectivamente, este parece divergir de Daniel e de Baruc, uma vez que, segundo o nosso autor, afirma que o último rei teria sido Merodac. Na verdade, em Jr 50, 2, na Vulgata, lê-se Merodac, mas referindo-se ao deus babilónico Marduk. García de Silva y Figueroa não o sabia e terá lido a referência como se se tratasse de um rei Merodac. Defende que este Merodac seria o mesmo que o Evil-Merodac mencionado em Jr 52, 31 e em 2 Rs 25, 27. Para resolver a suposta divergência entre Jeremias, por um lado, e Daniel e Baruc, por outro, afirma ainda que Baltazar e Evil-Merodac eram o mesmo rei. Acontece que este Bel-sharra-usur não era, de facto, filho de Nabucodonosor (604-562 a.C.). Na verdade, após a morte de Nabucodonosor, sucedeu-lhe o filho, Amel-Marduk (561-560 a.C.), referido no Antigo Testamento como Evil-Merodac. Este foi assassinado por Neriglissar (559-556 a.C.), que foi sucedido pelo filho, Labashi-Marduk, provavelmente ainda criança (556 a.C.). O último rei terá sido Nabónides (555-539 a.C.). Baltazar seria o seu filho. Cf. Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East c. 3300-330 BC* (2 vols., Londres, 1998), vol. II, pp. 592 e 597.

assassinado (Dn 5, 30) e que lhe sucedeu Dario, o medo (Dn 6, 1).¹²² García de Silva y Figueroa chama a atenção para o facto de Xenofonte¹²³ confirmar esta informação. Efectivamente, o autor grego também refere que durante o cerco persa os babilónios celebravam um festival religioso, despreocupados com a ameaça. Em Jeremias, também citado pelo diplomata, podemos ler que os babilónios se embriagarão, adormecerão e que jamais acordarão (Jr 51, 57). O diplomata colige todas estas referências acerca da queda da Babilónia, clássicas e bíblicas, e procura conciliar as explanações mais concretas sobre o evento, ligadas à natureza do cerco e às estratégias para penetrar na cidade, presentes nos autores clássicos, com as explicações de ordem moral e religiosa que podemos ler no Antigo Testamento, as quais apontam o carácter fraco e cobarde dos babilónios, a sua excessiva confiança e a negligência¹²⁴ com que lidaram com a questão.

A Babilónia como tópico de análise e de discussão, quer de aspectos relativos à sua identificação quer o problema da sua queda, levanta questões interessantes acerca do seu significado para o autor. Por um lado, a sua análise é de natureza historiográfica, apoiando-se nos autores antigos e até nas próprias narrativas vetero-testamentárias, que entende como fontes históricas com o mesmo valor. Nesse sentido, é a indagação do passado e o aprofundamento do conhecimento histórico que o motivam, apurados pelo sentido crítico com que observa e avalia. Por outro lado, a Babilónia tem um valor icónico na cultura ocidental e a sua análise, nomeadamente no que concerne ao problema da conquista persa, é indubitavelmente condicionada pela forma como aquela é perspectivada na Bíblia.

O problema da queda da Babilónia é extensamente tratado por García de Silva y Figueroa. O autor prossegue com a análise de outros aspectos ligados à história da metrópole, designadamente aqueles que se prendem com a presença de Alexandre na cidade. Privilegiámos, no entanto, na nossa abordagem os temas em que o embaixador aprofunda os tópicos de discussão, isto é, aqueles em que reflecte criticamente, em que sustenta os seus argumentos nas fontes, em detrimento das passagens em que se limita a evocar a onomástica e a toponímia antigas ou mesmo os pequenos apontamentos históricos, que povoam abundantemente a obra.

Considerações finais

A obra de García de Silva y Figueroa constitui um valioso repositório de informação¹²⁵ que interessa tanto ao historiador da época moderna como ao da antiguidade.

¹²² Tratar-se-ia de Ciro II.

¹²³ Xenofonte, *Ciropeia*, vii, 5, 15.

¹²⁴ *Comentarios*, vol. II, pp. 286-287.

¹²⁵ Joaquín Córdoba afirma mesmo que só agora começamos a valorizar o manancial de informa-

Faz certamente parte da genealogia da assiriologia, essa disciplina científica que terá o seu nascimento oficial no séc. XIX, o século do orientalismo científico.

A sua preparação cultural é evidente ao longo dos *Comentarios*, manifestando um profundo conhecimento dos autores clássicos mais lidos na sua época, os quais vai evocando a par e passo, à medida que a observação e a análise o vão justificando. São os historiadores e os geógrafos da antiguidade, alguns deles os biógrafos de Alexandre. As narrativas biográficas do rei macedónico tinham, muitas delas, a Pérsia e a Mesopotâmia como cenários. A observação do concreto, isto é, as ruínas, os vestígios da antiguidade, é quase obsessivamente confrontada com a citação e o comentário das fontes clássicas e bíblicas. Essas fontes são usadas pelo diplomata como uma autoridade, invocada na sua argumentação.

Os dois universos literários, culturais e referenciais, que consistem nos horizontes clássico e bíblico, são conciliados na perspectiva de García de Silva y Figueroa. Mesmo quando se apresentam divergentes, o embaixador encontra uma argumentação lógica que os concilia. Esses universos referenciais revelam-se essenciais na abordagem experiencial do concreto e da realidade que vai contactando, a qual, até ali, lhe era conhecida apenas através do legado cultural que o forma.

Uma das questões decisivas na nossa leitura dos *Comentarios* é a de saber que peso tem a antiguidade em García de Silva y Figueroa e qual a sua função na mundivisão do autor. Faz o elogio da antiguidade: da sua técnica, através das longas e pormenorizadas descrições da escultura e da arquitectura, da sua estética e da sua memória, revisitando, através das suas narrativas, vários episódios emblemáticos do passado. A compreensão e a descrição da antiguidade e a observação directa dos seus signos visíveis são apoiadas em estratégias de apropriação, que consistem na *comparatio* e na *interpretatio*. As antiguidades que, sobrepostas na narrativa, vão sendo evocadas pelo autor, como num palimpsesto, são com frequência, com recurso à comparação e à interpretação, usadas para compreender e interpretar a realidade que testemunha com perplexidade.

A *peregrinação*, que o leva a visitar lugares onde nunca esteve, mas de que guarda memória, suscitada pelo legado cultural clássico e bíblico, produz em García de Silva y Figueroa um deslumbramento provocado pela experiência e pela observação directa e vivencial. Essa revisitação envolve o conhecimento e o reconhecimento cultural dessa antiguidade *literária* que o autor indaga e que procura vislumbrar no que é concreto, no que é visível, no que permanece.

ção que esta obra nos oferece. Cf. Joaquín Córdoba, "Un caballero español en Isfahán: La embajada de Don García de Silva y Figueroa al *sha* Abbás el Grande (1614-1624)", *Arbor* 180, 711-712 (2005), p. 648.

Um viajante sem mapas? Figueroa e a cartografia da Pérsia

ZOLTÁN BIEDERMANN*

A 20 de Outubro de 1614, enquanto a nau em que ia D. Garcia de Silva y Figueroa se aproximava da Índia pela zona das Maldivas, foi encontrado junto à cama do embaixador um ninho de ratos. Como se a pestilência e o ruído causados pelos pequenos roedores não bastassem, acharam-se no ninho toda a sorte de objectos roubados aos passageiros mais folgados: panos, *lienços de narizes*, uma meia de seda e um sem-número de penas para escrever. Mas o mais surpreendente estava ainda para vir. Ao longo dos meses, os ratos haviam também acumulado "gran cantidad de papeles en que auia hojas enteras de roteros, de libros de deuocion en latin y romançe, y de otros libros profanos".¹

É raro termos um testemunho tão explícito do uso de livros e papéis numa nau portuguesa do século XVII, uma indicação tão clara de como alguns tripulantes não só os transportavam e consultavam ocasionalmente, como também os deixavam abertos no escasso espaço das suas cabines enquanto se ausentavam para dedicar-se a outros afazeres. No entanto, é também de notar como este trecho não refere nenhum mapa. Não que eles não tenham existido a bordo da nau – seria difícil imaginar a sua total ausência, a despeito de nenhuma passagem do texto os referir explicitamente – ou que Figueroa não os tenha consultado, antes e possivelmente durante a viagem oceânica, para situar-se nas vastidões que percorria. Mas, de maneira assaz interessante, as referências que Figueroa faz a mapas ao longo do seu texto são escassas e, quando aparecem, não revelam qualquer confiança na cartografia enquanto meio moderno de representar os espaços que se iam explorando e, em parte, dominando. Coloca-se portanto a questão do estatuto da cartografia no quadro epistemológico de Figueroa. Qual seria a importância dos mapas para este viajante e autor?

* Birkbeck College, University of London.

¹ *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 103.